

CEDI - P. I. B.
 DATA 15/12/87
 COD. ALD 04

FONTE : Senhor / 352
 15/12/87

CLASS. : _____

Índios

Entre a água e a dinamite

A apenas 240 quilômetros ao norte de Brasília, em Maniaco (GO), há indícios evidentes e inegáveis da existência de grupos de avá-canoeiros completamente isolados, cuja única relação com os brancos se reduz a fugas e saques eventuais. Eles correm o risco de ser atingidos pelas águas do lago que será formado pela Usina de Serra da Mesa, parte do complexo hidrelétrico de São Félix, que está sendo construída no local, pela empresa Furnas. Sua direção recusa-se a admitir a existência dos índios e a cumprir as exigências derivadas de convênio firmado entre a Funai e a Eletrobrás, para disciplinar a atuação do setor elétrico em área indígena. A usina, no Rio Tocantins, fica dentro da área dos avá-canoeiros, interdita pela Funai e seu canteiro de obras está a menos de cinco quilômetros do posto da Funai onde vivem quatro índios já contatados.

Em novembro de 86, um convênio entre Funai e Furnas determinou que a fundação transferiria os quatro avá-canoeiros já contatados para um local mais distante, e Furnas faria a doação de equipamento, alimentos e o repasse de Cz\$ 350 mil para construção do novo posto de atração. Parte disso foi cumprido. Depois que se constatou a existência de índios isolados na região, a Funai propôs a Furnas um termo aditivo ao convênio, prevendo a criação de equipes de localização e contato para os avá-canoeiros, e estipulando como obrigação de Furnas fornecer equipamentos (avaliados hoje em cerca de Cz\$ 6 milhões) e manter as duas equipes propostas, a um custo de 400 OTN/mês.

O termo aditivo foi encaminhado ao presidente de Furnas, João Camilo Penna, em setembro. Em outubro, o diretor de planejamento da empresa, Paulo Fernando Veiga do Amaral, respondeu que as condições descritas "não po-

dem ser aceitas por Furnas". Afirma que "a quantidade de pessoas e viaturas e mais as explosões de dinamite (...) devem, com toda a certeza, caso existam estes índios arredios na área, ter feito com que os mesmos se deslocassem para muito longe desta região". Solicita que a Funai remova os índios já contatados e alega que os cortes orçamentários lhe dificultam cumprir sua programação de obras.

O presidente da Funai, Romero Jucá Filho, defende a tese de que "a questão indígena não deve ser obstáculo ao desenvolvimento nacional", mas, desta vez, parece disposto a resistir. Embora não esteja certo da existência de arredios - o que é estranho, pois existem longos relatórios da própria Funai que a comprovam -, declara que "a Funai só vai liberar a área para inundação com a certeza da inexistência de índios". Como a área está interdita, a Funai tem poder de polícia sobre ela. O que não significa que vá expulsar o pessoal de Furnas de lá. Mas Jucá garante que não haverá inundação durante o tempo necessário à atração dos arredios.

Existem indicações de 45 grupos indígenas isolados, atualmente, que possivelmente sabem da existência de brancos, talvez já os tenham visto de longe alguma vez, mas jamais

mantiveram contato. O sertanista Sydney Possuelo, chefe da Coordenadoria de Índios Isolados, acredita que esse número possa subir a 52 após o trabalho de localização pretendido pela coordenadoria. Com 21 anos de mato e nove frentes de atração, ele defende que nem todos precisam ser contatados de imediato, mas preservados. A filosofia do trabalho é lançar equipes em toda a Amazônia legal, onde há indicações da existência desses grupos, identificá-los, localizá-los, levantar os perigos que os ameaçam com a expansão da fronteira de desenvolvimento e sugerir o tratamento de cada caso.

Todo o orçamento da Funai para o próximo ano é de Cz\$ 900 milhões, contra uma necessidade de Cz\$ 2 bilhões. Outra dificuldade será o inevitável confronto entre a filosofia da coordenadoria e o Projeto Calha Norte, que pretende aumentar a presença militar na fronteira.

O projeto do Conselho de Segurança Nacional também tenciona definir uma política indigenista para a região, e já se sabe que ele considera a questão indígena lesiva aos "objetivos nacionais permanentes". Aliás, o CSN propõe mudar a legislação atual para compatibilizar o trato dos índios a esses objetivos.

Cynthia Peter

